



Daniel Oliveira
danieloliveira.lg@gmail.com

O BARATO SAI CARO

Desafiando o “milagre econômico”, as principais empresas de transportes perderam, em 2013, 100 milhões de passageiros. Em 2012, já tinham perdido 45,5 milhões. O aumento das tarifas, o desemprego (menos gente a movimentar-se), a fraude e só marginalmente as greves explicam essas quedas. E o brutal aumento de preços foi acompanhado pelo fim dos passes para estudantes e menores de 18 anos. Minuto. Os menores têm direito a desconto se forem muito pobres e os pais conseguirem ultrapassar a praxe kafkiana de o provar todos os anos. Peguemos num caso rico. Ou seja, em que cada um deles receba uma fortuna superior a 600 euros mensais. Que, feitos parvos, contribuíam para o equilíbrio demográfico com dois filhos e trabalhem em Lisboa. Se viverem em Lisboa gastam 140 euros por mês em passes. Na Amadora, 228. No Barreiro, 240. Em Sintra, 284. O Porto eu conheço pior. Mas penso que vai de 120 a 476 euros. Qualquer família racional, nestas condições, opta pelo carro. É mais confortável e não será muito mais caro.

As empresas de transportes, cheias de dívidas, tinham de aumentar as tarifas? Ao tomarem essa decisão, de forma radical, perderam tantos passageiros que pouco terão ganho nas bilheteiras. E tudo isto tem efeitos para o país. Quando as pessoas optam por usar mais o carro (vamos esquecer quem teve de passar a andar a pé) aumentam a nossa dependência energética, que pagamos na balança comercial. Aumentam o desgaste da via pública, que pagaremos em manutenção. Aumentam a poluição, que pagamos em saúde. Aumentam o caos nas cidades, que pagamos em falta de produtividade. Uma lição para os defensores da austeridade: o barato sai quase sempre mais caro.

VALOR DE MERCADO

Num país onde os artistas e intelectuais são sempre antecédidos de “pseudo” e têm o carimbo de uma suposta subsidiariedade, nada como falar de Miró para parecer que estamos a falar de política cultural. Mas não estamos. O debate da semana tem três partes: a jurídica, a financeira e a política. A jurídica é clara: foi tudo mal feito, sem cumprir leis que protegem o património e por isso mesmo o leilão foi cancelado. A financeira merece discussão e leva-me a ser contra a venda. 85 obras de Miró vendidas de uma assentada baixam o seu valor. É absurdo vender uma coleção sem a tentar valorizar através da sua exposição em Portugal e no estrangeiro. Só em quatro ou cinco anos isso poderia render mais do que a venda. Quando à política cultural, não vejo nenhuma razão, quer na defesa do património nacional quer na defesa da cultura, para não vender os quadros. Não é “economicismo” vender arte. É normal. Há coisas que o Estado não deve vender — os Pomares e os Vieiras da Silva que estão no BPN, por exemplo —, e outras que são apenas ativos e podem ser vendidas. Não devem ser mal vendidas. Mas estamos a falar apenas de negócios do Estado. Política cultural, ou falta dela, é termos o cinema, o teatro, o bailado ou os museus na indigência absoluta. E é haver, por parte do Governo, uma postura de boicote à criação cultural. Infelizmente, esta miséria tem, do debate político, menos “valor de mercado” do que 85 Mirós.

O professor catedrático em Sistemas Complexos, Informática e Ciência Cognitiva da Universidade de Indiana critica os critérios das avaliações

Ciência 2.0: do elitismo à decisão coletiva

Luís Mateus Rocha

A nova estratégia da Fundação para a Ciência e Tecnologia foi resumida por Leonor Parreira, secretária de Estado da Ciência, ao reforço da “seletividade e exigência da qualidade”. A ênfase na qualidade da ciência por parte dos dirigentes do Ministério, pelos quais tenho o maior respeito, vai no *zeitgeist* internacional nesta matéria. Mas existia o conceito de qualidade não ser científico. Daí que na prática, através da avaliação por pares, se tente prever o impacto futuro de investigação proposta ou feita no presente um substituto mensurável.

Convém notar que impacto académico e económico não estão necessariamente alinhados. Darwin teve o maior impacto académico possível, mas Turing e Von Neumann causaram a era da informação de muito maior impacto económico. Pior, está demonstrado que a avaliação por pares falha a prever o impacto académico futuro. Por exemplo, as pontuações de avaliadores da National Science Foundation nos Estados Unidos não são correlacionadas com sucesso (detalhes em <http://bit.ly/1d8i008>). É irónico que cientistas e organismos que financiam a ciência se baseiem não na evidência desta falha profunda, mas na fé que a avaliação por pares consegue identificar “qualidade”.

Além da falta de eficácia, este processo é caro e elitista. Grande parte do orçamento de ciência vai para a avaliação e gestão de projetos. O elitismo deriva dos cientistas, como pessoas, preferirem quem concorda com eles, vem da mesma família académica, ou tem o melhor pedigree (MIT, Harvard, etc.) Por exemplo, apesar do impacto de Turing e Von Neumann, o Concelho nacional de ciência e tecnologia, no século XXI, não inclui um doutorado em Informática. No contexto de afundamento de fundos, o que se perde com a ênfase na “qualidade” é a diversidade de soluções para problemas científicos, tecnológicos e sociais.

A única correlação significativa no investimento em ciência é a quantidade: mais dinheiro aumenta a produtividade. É também da diversidade de investigação que nasce a criatividade e daí o impacto económico. Não foi da elite académica que saíram Bill Gates e Steve Jobs. Mas, o financiamento da ciência em quantidade e diversidade não precisa de ser cego. Pode ser reforçado e gerido de for-

ma automática e económica. Colegas na Indiana University propuseram uma solução de *crowd-sourcing* para o problema. Utiliza o algoritmo que deu origem ao Google, em que a recomendação de páginas é uma decisão coletiva medida do padrão de *links* na *web*. Os resultados não dependem de elites de anotadores como fazia o Yahoo! original. No caso do financiamento da ciência, em vez de *links*, os cientistas recebem um montante fixo. Uma parte é para eles, a outra é por eles distribuída por outros cientistas. No Google, *links* para uma página são votos de relevância; aqui os fundos distribuídos coletivamente são votos de reconhecimento. As vantagens são óbvias: mais dinheiro e tempo para a ciência, sem burocracias para alocar e gerir projetos, e um sistema comprovadamente bom a identificar o que é relevante. Porque não esta alternativa, em vez de seguir o que é (mal) feito por outros?



ILUSTRAÇÃO: FLUPE ABRANCHES

Deputado e ex-ministro da Presidência critica extinção da ACIDI

Migrações e confusões

Pedro Silva Pereira

Más notícias. Cumprindo o anunciado pelo secretário de Estado Pedro Lomba, o Conselho de Ministros aprovou, no dia 23 de janeiro, o decreto-lei que extingue o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e converte-o no novo Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Não se trata apenas de uma infeliz mudança de nome mas de “paradigma”: o alto-comissariado recebe a dupla missão de atrair os imigrantes mais qualificados no contexto da “competição global pelo talento” e de garantir uma “visão conjunta” entre os movimentos de imigração de estrangeiros e emigração de nacionais. A ideia, algo atabalhoada, é que as iniciativas para a “captação” dos imigrantes de “elevado potencial” (sic) sirvam também para estimular o regresso dos nacionais. Só que aquilo que começou por ser apenas uma ideia confusa acabou por se tornar um lamentável erro político. Por três razões.

Em primeiro lugar, é um completo

para a integração dos imigrantes e para o diálogo intercultural, o ACIDI alcançou um elevado prestígio internacional, obtendo menções elogiosas em todos os relatórios e contribuindo de forma decisiva para o 2º lugar de Portugal no MIPEX 2011 (o mais importante *ranking* das políticas de integração). Não há nenhuma boa razão para destruir essa marca conhecida e respeitada em todo o mundo.

Em segundo lugar, é um retrocesso eliminar da designação do alto-comissariado a referência ao “diálogo intercultural” e resumir tudo às “migrações”. Um dos aspetos mais elogiados no alto-comissariado é justamente o facto de se ocupar não só dos imigrantes mas também das comunidades ciganas e do combate à discriminação racial e à xenofobia. Importa saber, aliás, que o ACIDI resultou da fusão, em 2007, do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas com o Programa Escolhas, o Secretariado de Missão para o Diálogo com as Religiões. É por isso que a agenda do alto-comissariado sempre foi muito

bem como a chamada “aliança das civilizações”. A própria integração dos imigrantes de 2ª e 3ª geração foi assumida mais como um problema de inclusão do que como um problema de “migrações”, visto que envolve gente que, tendo nascido aqui, verdadeiramente nunca imigrou para lado nenhum. Transformado agora em organismo “para as migrações”, o alto-comissariado não se limita a mudar de nome: sofre uma amputação.

Em terceiro lugar, não havia necessidade: estão por explicar as vantagens de reunir no mesmo organismo atribuições tão distintas como as referentes aos imigrantes e às comunidades portuguesas e menos ainda se explicaram as medidas concretas que tanto servem para afirmar Portugal como destino de imigração como para promover o regresso dos portugueses que emigraram.

Graças ao esforço de muitos, a política de integração dos imigrantes, que tanto divide as sociedades europeias, tem-se mantido como um valioso espaço de consenso na sociedade portuguesa e como um motivo de prestigioso reconhecimento inter-



Henrique Raposo
politica@expresso.imprensa.pt

PRAXES: OUTRA MANEIRA DE VER

Apresento-vos a dona Alice, foi minha vizinha, podia ser minha tia. Nasceu nos penedos da Beira em 1955 e emigrou para Lisboa em 1970. Subiu na vida. Deixou a condição de sopeirista numa casa senhorial da Guarda ou da Covilhã e passou a ser funcionária dos serviços, talvez nos correios, talvez numa agência de viagens para a nova classe média marcelista. Mas, apesar do contacto com a cidade, Alice nunca perdeu o mapa mental da Beira natal. Até aos quinze anos, enquanto fazia as camas dos “meninos” da casa, Alice aprendeu a grande lição da sua vida: os “senhores doutores” não trabalhavam, só viviam dos rendimentos; o trabalho era só para ela e para a sua espécie, as sopeiras e os rendeiros; “ser doutor” não era apenas sinónimo de riqueza, também significava um requete eterno e petulante. Aliás, o título de “Dr.” era o equivalente aos velhos títulos de conde ou marques, um passaporte para o estatuto, um salvo-conduto que legitimava a humilhação dos inferiores. Certa vez, a nossa Alice estava a brincar com a filha do patrão e, na sua inocência, tratou-a pelo nome próprio, “ó Leonor”; ao ouvir semelhante desplante, o patrão repreendeu-a e obrigou-a a usar a expressão “menina Leonor”.

Ela nunca esqueceu a humilhação mesmo quando foi para Lisboa, isto é, para Queluz ou Bobadela. Durante os anos 70, 80 e 90, acalentou um sonho que era um plano de vingança: “ter um filho doutor”, não interessava em quê, não interessava a natureza do curso, o interesse estava apenas naquele sacrosanto “Dr.” antes do nome; queria receber cartas em casa para o “Dr. Ricardo”, queria sentir a reverência dos vizinhos, olha, lá vai o filho da Alice que é doutor. Sendo filha de analfabets e tendo apenas a quarta classe, Alice queria que a sua família consumasse um salto quântico em apenas três gerações. No fundo, queria que a sua futura neta fosse tratada por “menina Leonor”. E, verdade seja dita, o país apoiou os seus propósitos. Durante a segunda metade do século XX, Portugal foi um dos países que mais evoluíram no mundo, e o filho de Alice teve a sua oportunidade. Problema? O rapaz nunca olhou para a faculdade de forma correta.

Um curso superior tem duas justificações. A primeira é a visão clássica e humanista: o curso é a formação intelectual e até moral do cidadão, o caminho que forma a nossa percepção do mundo. A segunda justificação é mais utilitária mas igualmente legítima: o curso é uma formação técnica para o mercado de trabalho. Ora, o filho da dona Alice desconhecia o primeiro caminho e nunca prestou particular atenção ao segundo. Educado num ambiente familiar sem referências intelectuais e até sem hábitos de leitura, entrou na faculdade só por causa do estatuto social. Como seria de esperar, esta atitude gerou um enorme vazio. Se não estava ali para aprender, se não estava ali para preparar, se não estava ali para preparar a sua vida adulta, estava ali a fazer o quê? Nada. Ou melhor, estava ali para participar no circo académico. Os trajés, as praxes, os códigos e os *dux* preencheram o vazio e carimbaram o estatuto social. No primeiro ano, quando o rapaz regressou a casa com as marcas da praxe, Alice sentiu orgulho. E, ao longo dos anos, o orgulho cresceu de cada vez que os vizinhos olhavam com ar servil para o traje académico do jovem, olha, lá vai o filho da Alice que vai ser doutor.

